

O pragmatismo impossível: a política externa do segundo governo Vargas (1951-1954)

Lucas Yoiti Matsumoto Couto * Nicolas Corrêa Camilo 

Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD

*Autor correspondente. E-mail: lucasymatsumoto@gmail.com

RESENHA: Hirst, Mônica. 1990. *O pragmatismo impossível: a política externa do segundo governo Vargas (1951– 1954)*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas.

O artigo feito por Mônica Hirst (1990) inicia-se com um aviso sobre o contexto internacional na qual a política externa do Segundo Governo Vargas se encontra. A ideologia política que era imposta nos países sul americanos pelos Estados Unidos da América que, além de marginalizarem tais países por medo de uma invasão comunista, os tratavam, principalmente o Brasil, como um local propício a investimentos privados. Adendo a todos os acordos negociados entre o Brasil e EUA, a falta do comprometimento norte americano nas cooperações econômicas e militares impediu os planos de Vargas perante o alinhamento brasileiro à política internacional norte-americana. Além disso, a utilização do termo coletividade, que remete a ideia de um por todos, todos por um, ao invés da antiga reciprocidade, mostra a estratégia norte-americana na contenção da emergente ideologia comunista.

Sendo assim, Hirst (1990), com sua expertise em cooperação internacional e regionalismo latino-americano, disserta criticamente sobre os processos político-militares que ocorreram durante o Segundo Governo Vargas, desde a IV Conferência de Consulta em abril de 1951 em Washington que firma 7 acordos militares com países sul americanos, menos a Argentina e o México, as condições para qual a estratégia de Getúlio Vargas fosse viável, o Acordo Militar de 1951 e o renovado Acordo Atômico Brasil-Estados Unidos até a instabilidade da cooperação econômica e militar entre Brasil-EUA devido ao período eleitoral pelo qual os Estados Unidos passavam, o que deixava os interesses brasileiros de lado, as situações trouxeram péssimas consequências ao governo brasileiro e sua política externa para o momento.

A pressão interna causada pelos militares brasileiros que iam contra os acordos firmados por Vargas deixou seu governo politicamente fraco, impossibilitando a negociação favorável ao Brasil em relação aos acordos militares. Durante o segundo capítulo, o relacionamento dos EUA com o Brasil é tratado como um discurso cego

por causa das situações que ocorreram durante 51: a pressão nacional advinda dos militares, burocratas, empresários e parlamentares também forçou a mão de Vargas, que era protagonista durante o debate do nacionalismo x alinhamento político. É demonstrado o quão fragilizado ou impotente o Brasil era durante essa época, a cooperação econômica e militar era visto como um acordo político pelos EUA por causa do seu desejo de restaurar as relações entre os países e não, de fato, econômico; o que ia contra ao projeto de desenvolvimento de Vargas, que buscava investimentos para o desenvolvimento industrial do país, tornando-o um possível player em âmbito internacional. Nesse período, o Brasil constantemente reclamava sobre o não cumprimento de alguns acordos firmados com os EUA, não houve liberação de fundos para construção de indústria básica e obras públicas.

Como citado anteriormente, devido a conjuntura política norte americana, com 1952 sendo o ano eleitoral, o foco dos EUA foi não se comprometer com os projetos elaborados pela Comissão Mista, sendo assim, ela não serviu seu propósito de “forçar” uma cooperação econômica e militar entre os dois países e foi dissolvida em 1953 o que, no fim, foi conveniente para o Brasil devido a apresentação do projeto da BNDE, justamente pelo fato de que os interesses da Comissão iam contra aos interesses norte-americanos na América Latina, que ainda viam a região como um “campo fértil” para os investimentos privados, logo mantendo a relação de dependência econômica brasileira aos Estados Unidos. É interessante perceber o constante desinteresse por parte dos Estados Unidos em relação aos acordos firmados com o Brasil, visto que os norte-americanos pensavam a longo prazo com seus investimentos privados no país porém, por essa causa, Vargas tomou decisões que iam contra a sua proposta de governo baseada no nacionalismo.

Com a improvável cooperação com os Estados Unidos da América, o Brasil começou a expandir seus horizontes, buscando espaços alternativos para poder atuar com maior autonomia, criando uma identidade baseada em interesses comuns em temas que não fossem relacionados às políticas militares dos EUA. A primeira oportunidade deste projeto veio a realidade em 1952 durante os debates da ONU na Tunísia sobre a independência do país, onde mostrou-se a solidariedade do Brasil perante aos países árabes. Sendo assim, o Brasil visava novos mercados econômicos (países asiáticos, africanos e árabes), com países subdesenvolvidos e de forma ativa, causando um impacto multilateral, indo contra a ideia norte-americana de manter relações bilaterais para enfraquecer o relacionamento entre os países sul americanos. Essa nova fase na política externa do Brasil trouxe os holofotes para o país, cujo qual teve grande importância na legitimação e desenvolvimento da Comissão Econômica para a América Latina, a CEPAL, organização na qual os países da América Latina discutiam uma política coordenada em relação ao desenvolvimento econômico da região. Além disso, o protagonismo do Brasil na Organização dos Estados Americanos, por mais que houvesse interferência dos EUA, pois eles viam o Brasil como algo indispensável para alcançar demais países, deu esperança aos países latinos para que suas demandas fossem atendidas. Porém, devido a longa relação de dependência do Brasil e os Estados Unidos, o Brasil se alinhava politicamente em todas as intervenções na América Latina pelos norte-americanos, mostrando uma inconsistência pois lutava pela mudança nos relacionamentos assimétricos.

No quarto capítulo, Mônica Hirst (1990) salienta sobre o relacionamento brasileiro com os demais Estados latino-americanos, dando um grande enfoque nos entendimentos entre Brasil e Argentina. No primeiro momento, é relatado as relações entre Brasil e Argentina durante os governos de Dutra (1946-1951) e o primeiro mandato de Juan Domingo Perón (1946-1952), respectivamente. Nesse escopo, é descrito as animosidades entre os dois governos, no qual, mantinham uma relação equidistante, com base nos seus alinhamentos internacionais. Dutra, é apresentado com uma postura de apoio incondicional ao governo norte-americano, sendo visto como um pró-ocidente no debate Leste-Oeste. Já Perón, assumia uma postura mais rebelde internacionalmente, traçando a ideia de uma nova via que divergia da bipolaridade global, denominada de “Terceira Posição”. Futuramente, as mesmas ideias fomentadas por essa nova via, iriam culminar na criação do Movimento dos Não-Alinhados em 1955.

O relacionamento entre Brasil e Argentina, durante o período supracitado, foi marcado por um forte esfriamento das relações, aprofundado pelas evidentes divergências ideológicas e políticas. Esse cenário só viria a se alterar em 1951, com a chegada de Getúlio Vargas à presidência brasileira. Tanto o peronismo quanto o trabalhismo possuíam certas semelhanças, além de uma forte presença de um caráter nacionalista, o que aproximou de primeiro momento os governos de Vargas e Perón. Contudo, foi adotado por Vargas uma política pendular quando se tratava de política externa, ficando evidente em suas nomeações para o seu gabinete. Como ministro de Relações Exteriores, ele tinha João Neves da Fontoura, que era declaradamente contra um estreitamento de relações entre Brasil e Argentina, atuando até mesmo para frear esses processos. Como embaixador brasileiro em Buenos Aires, ele tinha Batista Lusardo, que já possuía uma certa aproximação com Perón, tendo sido o principal articulador nas relações entre os dois países. Essa contraposição de forças, foi um dos meios utilizados por Vargas para atuar na política internacional regional.

Para intensificar sua presença na região, os Estados Unidos assinaram em 1952 um Acordo Militar com o Brasil e alguns outros Estados latino-americanos, o que acabou preocupando Perón. Desse ponto, o governo argentino passou a pressionar o governo brasileiro para a assinatura de um acordo militar entre eles, porém, não deu certo. Os motivos dessa falha foram relatados por Juan Cooke - o embaixador argentino no Brasil - para Perón, no qual explicita que o entrave entre as relações de Brasil e Argentina se deve pelo Parlamento brasileiro, a imprensa e por conta de João Neves, o chanceler brasileiro. Esses atores, foram os principais empecilhos na adesão do Brasil ao Pacto ABC, pacto esse que, segundo Perón, seria uma aliança econômica-política com um forte poder regional capaz de auxiliar os demais países da região no seu desenvolvimento, contando com a presença da Argentina, do Brasil e do Chile como principais líderes regionais.

Mônica descreve que a partir de 1953, a Argentina passou a intensificar a sua presença na região, o que acabou levantando um sinal de alerta no governo brasileiro. O Itamaraty não queria a criação de novos blocos ou organizações, então o país passou a promover e ampliar relações bilaterais com os Estados latino-americanos, valendo ressaltar o estreitamento de relações com o Peru, a Colômbia, a Venezuela e o Chile. No mesmo ano, o Brasil passou por uma reforma ministerial que tirou João Neves da chancelaria e colocou Vicente Rao, o embaixador em Buenos Aires também

acabou sendo substituído por Orlando Ribeiro Leite, ambos assumiram uma posição mais passional e pragmática acerca do relacionamento entre Brasil e Argentina. Para Orlando Ribeiro, o Brasil deveria se empenhar na ideia de integração regional, porém, não deveria deixar de se manter vigilante sobre a Argentina, tendo em vista que não seria possível ignorar o empenho argentino em aumentar sua presença na região e nem esquecer as relações de competitividade que existem entre os dois países.

A forte politização que atravessou o relacionamento entre Brasil e Argentina durante esse período ocasionou diversos entraves e atrasos. Questões como, o debate sobre a intervenção na Guatemala, na Conferência Interamericana de 1954, em Caracas, e a assinatura de um acordo econômico bilateral, em 1953, foram fortemente minadas pelos discursos difundidos pela imprensa e pela oposição ao governo de Vargas. No final do capítulo, a autora discorre sobre como ficou o cenário geopolítico na América Latina no final de 1953, apresentando que, apesar do grande empenho e simetrias entre os governos populistas, Perón, não foi capaz de atingir o que ele idealizou como uma integração latino-americana. Ao final, o relacionamento entre Brasil e Argentina acabou sofrendo de forma negativa com as simetrias que os aproximavam.

Dentro do quinto capítulo, é relatado sobre os embates acerca da participação do capital estrangeiro na economia, o monopólio estatal e a soberania nacional, com enfoque na questão petrolífera. A partir dos anos 50, o petróleo era visto como um recurso vital, tanto para o desenvolvimento econômico, quanto para a segurança energética nacional. Desde sua campanha em 1950, Vargas defendia a construção de uma empresa petrolífera nacional, esse projeto foi enviado para o Congresso em dezembro de 1951. Os pontos que balizaram a discussão foram sobre o alcance do monopólio estatal e da participação estrangeira na construção das refinarias.

No segundo ponto, Hirst (1990) compara o projeto das refinarias dos anos 50 com o das siderúrgicas dos anos 40, no qual ela diz que, o Brasil possuía um forte poder de barganha durante a década de 40, pois a questão do alinhamento era algo de suma importância na época. Já na década de 50, o alinhamento entre Brasil e Estados Unidos era algo consolidado, fazendo com que o governo de Vargas perdesse poder de negociação com o governo norte-americano. Além dessa questão, bandeiras nacionalistas passaram a tomar espaço, a mobilização da sociedade com o slogan “o petróleo é nosso”, para Hirst (1990), era algo que estava relacionado à consciência da condição de subdesenvolvimento do país. Ao final de 1953, a Petrobras foi votada para ser uma empresa estatal. Enfurecendo assim, os Estados Unidos, e se tornando um grande marco na relação entre os dois Estados, no qual o fator definitivo para a defesa da soberania nacional foi a mobilização interna.

Nos capítulos finais, a autora elenca atores importantes na política externa brasileira desse período e comenta um pouco sobre o caminhar da política no Brasil pós-Vargas. Como atores principais, ela cita novamente João Neves, que possuía um forte discurso ideológico; Horácio Lafer, que foi ministro da Fazenda e tinha um posicionamento favorável à cooperação econômica internacional, atuando na implementação de uma política econômica desenvolvimentista associada ao capital estrangeiro e na criação da Assessoria Econômica da Presidência da República; e Rômulo Almeida, que foi uma figura de destaque na Assessoria, defendendo diversas pautas de cooperação econômica.

O governo de Getúlio Vargas era visto com um certo grau de desconfiança pelo

governo norte-americano, algo que minou até certo ponto as relações entre os dois Estados. Mesmo assim Vargas nunca deixou de apresentar uma postura pró-ocidente quando se tratava de assuntos militares. As maiores preocupações dos Estados Unidos acerca do governo brasileiro eram em pautas econômicas e na possibilidade de Vargas ter sido influenciado por entidades comunistas. Todas essas questões causaram uma série de tensões, que só viriam a se sanar com o falecimento de Getúlio em 1954 e com a subida de Café Filho à presidência brasileira no mesmo ano, no qual o embaixador norte-americano, James Scott Kemper, em um memorando ao Departamento de Estado, descreveu o governo de Café Filho como uma administração estável e pró-americana.

O artigo de Mônica Hirst (1990) sobre a política externa brasileira do Segundo Governo de Getúlio Vargas, cumpre de maneira clara o seu papel em relatar os acontecimentos políticos desse período, apresentando de forma explícita os principais acontecimentos e atores da diplomacia brasileira durante o governo populista. Evidenciando de forma bastante incisiva, os entendimentos internacionais brasileiros e suas motivações tanto internas quanto externas. De maneira sutil comenta os ocorridos, salientando para o leitor a ideia de como foi as políticas de Vargas e suas especificidades no âmbito internacional. A obra sem sombra de dúvida contribui no entendimento acerca do momento histórico.

Recebido em: 20/06/2024.

Aprovado em: 18/07/2024.

Referências

Hirst, Mônica. 1990. *O pragmatismo impossível: a política externa do segundo governo Vargas (1951–1954)*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas.